Setor público detém hoje 83% dos créditos

por Thais Bastos

de Brasília

A moratória declarada pelo Brasil é muito menos decorrente de uma postura de soberania do que simplesmente da total impossibilidade de o País honrar seus compromissos no curto prazo, assim entende o Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, para o qual essa atitude corre o risco de representar apenas uma capitalização temporária de encargos.

Na opinião do economista Hélio Bontempo, membro do Conselho e funcionário do Departamento Econômico do Banco Central, caso se configure realmente essa tendência, a retomada das transferências ao exterior representará um impacto recessivo e inflacionário superior ao que se tentou evitar, na medida em que essas referidas transferências seriam acrescidas dos atrasados e juros de mora. Segundo ele, a moratória só tem sentido se representar perspectivas de redução das transferências externas e do custo da dívida.

Ele considera, entretanto, que o equacionamento da questão das transferências externas não deverá contemplar alternativas radicais, como a ruptura com os atuais parceiros internacionais e a busca de uma completa independência comercial e financeira do País. Uma solução negociada que englobe redução das transferências e do custo da dívida parece ser, para o economista, a saída mais provável no caso brasileiro.

Em seu estudo, a ser publicado no boletim do Conselho de Economia, Hélio Bontempo afirma que o elo de ligação entre a promoção do equilíbrio externo e o desequilíbrio interno foi propiciado pelo processo de estatização da dívida externa. Segundo ele, em 1974 apenas 20% da dívida externa total líquida era de responsabilidade do setor público, mas, à medida que as condições financeiras externas e as relações de troca do País se deterioraram, a dívida externa foi progressivamente transferida para o setor público, que ao final de 1986 passa a deter cerca de 83% da dívida total líquida.